

INFLAÇÃO DE ATÉ 15%

Regina Alvarez
Da equipe do Correio

Carlos Moura 2.2.99

A equipe econômica trabalha com alguns cenários para a inflação em 1999 e o mais provável prevê que ela ficará entre 12% e 15%. A expectativa é de que a taxa fique mais alta nos próximos meses, por causa do impacto da desvalorização do real, e volte a cair no final do ano, pressionada pelos juros altos e aperto no crédito. O governo vai fixar uma meta para a inflação acumulada do ano e usará os juros para impedir que os preços disparem.

Pelo menos por enquanto não serão divulgadas as projeções sobre a inflação de 1999, mas elas superam as estimativas oficiais feitas até o momento, inclusive pelo presidente da República. A equipe econômica não quis incluir no primeiro comunicado conjunto sobre as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma previsão de inflação acima de 10% porque concluiu que isso reforçaria as previsões negativas sobre a economia. Além disso, o Palácio do Planalto tem ressaltado que o governo continua empenhado em impedir que a taxa supere esse patamar.

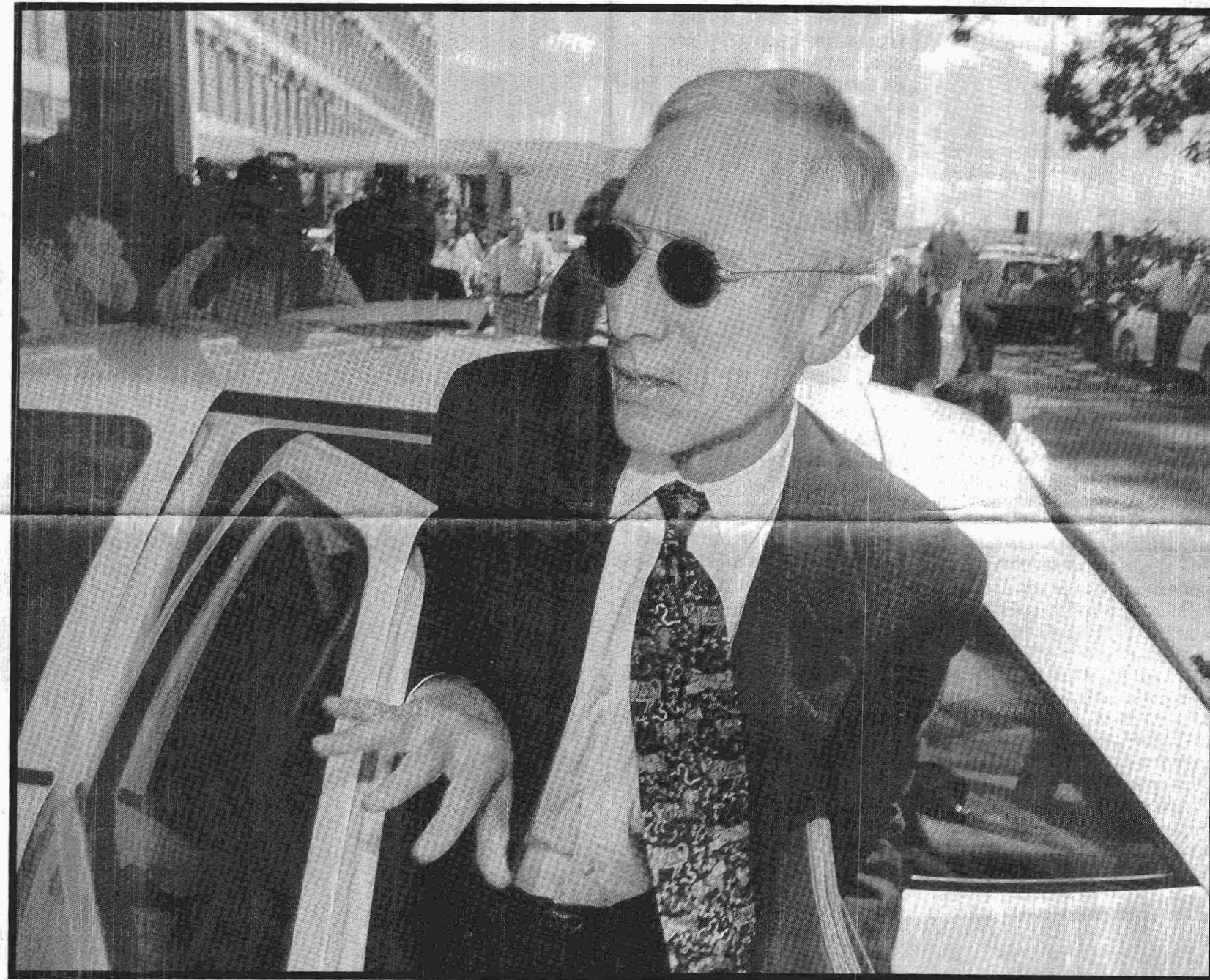
O documento divulgado quinta-feira pelo Ministério da Fazenda e o Fundo refere-se apenas "ao objetivo de reduzir a inflação mensal anualizada a um dígito", que seria alcançado "através de políticas monetárias e financeiras firmes (juros altos e crédito escasso), de um ajuste fiscal forte e sustentável e de um esforço intensificado de reformas estruturais".

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, não quis informar qual seria a taxa acumulada do ano com a qual o governo trabalha, dizendo apenas que a inflação de dezembro, projetada para os 12 meses seguintes, deve ficar em um dígito. "O importante é a trajetória, que será declinante no fim do ano, e não o índice para 1999", explicou o ministro, dando a pista para uma dedução óbvia: que a inflação ficará acima de 10%.

MEDIDAS

A equipe econômica espera concluir e divulgar as novas medidas do ajuste fiscal no prazo de 15 dias. Por enquanto, ainda trabalha com vários cenários para a economia em 1999 e, dependendo do que prevalecer, o esforço fiscal adicional ficará mais ou menos próximo de R\$ 8 bilhões. O que pode variar no diagnóstico da crise é a taxa de juros projetada para o ano e a desvalorização do câmbio. Na hipótese mais pessimista, em que os juros se mantêm por mais tempo elevados para conter a inflação, o governo teria que produzir um superávit primário (receitas maiores que despesas) equivalente a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 32 bilhões, considerando que as contas estão sendo feitas com base num PIB em torno de R\$ 905 bilhões.

O objetivo do ajuste é evitar que a dívida pública cresça excessivamente em relação ao PIB nos próximos três anos. A meta já acertada com o FMI é estabilizar a dívida em 2001 num patamar equivalente a 45% do PIB. Este ano e no próximo ela crescerá um pouco mais, porém dentro de determinados limites. Por isso, a trajetória dos juros é tão importante. Quanto mais tempo o governo levar para controlar a infla-



Stanley Fischer, segundo homem na hierarquia do FMI, chega ao Ministério da Fazenda para renegociar acordo de ajuste econômico com o Brasil

ção, mais tempo os juros permanecerão altos e maior terá que ser o esforço fiscal para compensar essa despesa extra com a dívida.

O Ministério da Fazenda apressou-se em divulgar os primeiros resultados das negociações com o FMI porque quer criar um clima favorável especialmente no exterior, tentando com isso recuperar a credibilidade perdida. Entretanto, não há ainda definição sobre as novas medidas que serão adotadas para elevar o superávit primário.

Várias alternativas foram colocadas na mesa, mas os técnicos do governo têm consciência de suas limitações. Não há possibilidade de aumento de impostos este ano por dois motivos. Primeiro, porque o princípio da anualidade (um imposto criado num ano só pode vigorar no seguinte) inviabiliza a maioria das alternativas.

CONTRIBUIÇÃO

O governo poderia propor uma contribuição, como a dos aposentados da União, por exemplo, para vigorar em 90 dias, mas não trabalha com essa hipótese. A equipe econômica avaliou que não há condições políticas de aprovar qualquer novo imposto no Congresso e é contra o chamado imposto verde, defendido pelo PMDB. Considera que, além de estar vinculado a novas despesas, se adotado agora poderia resultar em mais inflação, já que incide sobre o preço dos combustíveis.

Restam então novos cortes nos gastos do governo e das estatais. É daí que deve sair a maior parcela do ajuste. O Orçamento vai ser revisto e mais despesas devem ser canceladas na área de custeio e investimento. É onde existe alguma margem para o governo atuar. O resto são gastos com pessoal e re-

passe aos estados e municípios. Despesas que o governo considera incompressíveis.

Mesmo assim, não estão descartadas medidas impopulares como a demissão de servidores públicos ou a colocação de parte desses funcionários em disponibilidade. Eles seriam dispensados do trabalho e receberiam apenas uma parte do salário. O ex-presidente Fernando Collor valeu-se dessa saída para reduzir despesas e foi obrigado pela Justiça a reintegrar os funcionários, mas agora a reforma administrativa prevê essa possibilidade para reduzir os gastos com a folha de pagamento.

O governo quer dividir o sacrifício do ajuste, mas os próprios técnicos da área econômica reconhecem que as chances de estados e municípios conseguirem um ajuste ainda maior do que o previsto no pacote de novembro passado são remotas. Eles

precisam chegar no final do ano com um superávit primário em suas contas equivalente a 0,4% do PIB (cerca de R\$ 3,6 bilhões) somente para atingir a meta anterior de superávit de 2,6%, que havia sido fixada para todo o setor público, no acordo original com o FMI.

Já nas estatais há espaço para novos cortes e eles devem ser incluídos na conta do ajuste. Segundo um integrante do governo, pode haver corte de investimentos e nas despesas de custeio, mas o percentual ainda não está fechado. Além disso, o governo trabalha com outras alternativas para fechar as contas. Algumas na área da Receita Federal, que não dependem de aprovação do Congresso. Novos cortes de incentivos estão em estudo, como alguma taxa que possa engordar os cofres públicos sem grande trauma para o contribuinte.